

## **Texto A4 “Críticas ambientalistas à Revolução Verde” – Roberto José Moreira**

Carmem Silveira9324752; Daniele Santos 8967427;  
Gabriel Detoni 9370410; Naíke Barão 8925375

O processo de modernização da agricultura conhecido como Revolução Verde se amparou no propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo visando o aumento da produtividade agrícola. Existem inúmeras críticas à Revolução Verde no que diz respeito à concentração de riqueza e danos à natureza.

Antes de discutir estas críticas, Roberto José Moreira considera que existem basicamente duas vertentes de concepção sobre o desenvolvimento sustentável. A primeira trata a sustentabilidade com ênfase na questão ambiental e está mais presente nos países de capitalismo avançado, do Norte, bem como em estratos de camadas sociais mais ricas. Esta vertente crítica tende a defender uma nova relação do ser humano com a natureza, mas com pouca ênfase na mudança social. Assim, propõe uma melhor forma de utilizar os recursos naturais de modo a evitar que esgotem, através do aperfeiçoamento da técnica, notadamente. Segundo essa visão, não estão em causa com o debate sobre a sustentabilidade o sistema econômico e o modo de vida contemporâneos.

A segunda vertente não consegue visualizar a questão ambiental sem ressaltar a dimensão da equidade social. Sua proposta é que novas formas de desenvolvimento sejam concebidas, fundadas em melhor distribuição dos recursos. Ou seja, entende-se que o desenvolvimento será alcançado quando uma maior parcela da população tiver acesso à terra e a condições de vida dignas. Portanto, esta vertente concebe a sustentabilidade a partir da associação entre combate às desigualdades e preservação ambiental. Esta linha está mais presente nos países periféricos, do Sul, e nas camadas mais pobres das sociedades capitalistas desenvolvidas.

Em 1987, após um relatório publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, no qual o conceito de sustentabilidade foi definido enquanto a satisfação das necessidades atuais sem que as futuras sejam comprometidas, a causa ambiental ganhou projeção e destaque no mundo, ainda que outras discussões de mesmo cunho tenham ocorrido por volta dos anos 1960 e 1970.

A propósito, Ignacy Sachs formulou o conceito de “ecodesenvolvimento” em 1976, para o qual há seis requisitos: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e ambientais; sistema social que garanta emprego, seguridade e respeito a outras culturas; e programas de educação. Dessa forma, o autor explorou a questão do desenvolvimento tridimensional, considerando os aspectos “do cálculo econômico, sociopolíticos e biofísicos”.

Outras teses, documentos e relatórios produzidos no período adentraram na problemática da utilização ideal de recursos renováveis, já que pautar o desenvolvimento em matrizes energéticas não-renováveis seria colocar em risco toda a herança industrial já acumulada, uma vez que a continuidade desse modelo, indefinidamente, não seria garantida. Associado a tal concepção, o acesso à terra é visto frequentemente enquanto premissa e meio de se alcançar o desenvolvimento sustentável.

É necessário ponderar que há sempre um forte embate entre as três esferas do desenvolvimento (econômica, social e ambiental). Na maioria das vezes, há predominância de uma sobre as outras, de modo que podemos pensar em muitos conceitos de desenvolvimento sustentável, carregados de diversos interesses, nacionalistas ou globalistas, ambientalistas ou não-ambientalistas, progressistas ou conservadores.

A produção em larga escala é um dos maiores desafios para o alcance de uma agricultura sustentável. As críticas ambientalistas são originárias de uma análise ecológica dos métodos tecnológicos da produção industrial, adotadas com a Revolução Verde. As críticas se fundamentam em três ângulos principais: técnicos, sociais e econômicos.

A primeira a ser elencada pelo autor retrata as técnicas insensatas de cultivo e extração de insumos para produção e quão errônea se tornou as relações humanas com o meio e os recursos disponíveis, considerando por exemplo a erosão da biodiversidade. Os métodos agroindustriais de produção, por mais que tenham aumentado a oferta de alimento, tornaram-se eficientes a partir do uso irracional dos recursos naturais e ambientais, gerando danos ambientais potencialmente perigosos devido à falta de prudência ambiental, um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Os movimentos de agricultura alternativa que surgiram com os questionamentos críticos à técnica convencional de produção visam qualidade ambiental e social. Mas a crítica social vai além para se focalizar na questão de exclusão e evidente injustiça social no campo, agravadas pelo modelo de Revolução Verde adotado, que intensifica os problemas que já existiam em relação a condições mínimas de acesso à terra, alimentação, emprego, saúde e educação.

Esta crítica se associa com aquela mais geral ao capitalismo. Tal sistema socioeconômico gera uma grande desigualdade distributiva de propriedade e de recursos. A Revolução Verde reforça esta lógica por elementos como o agronegócio, a monocultura e a produção para exportação. Neste âmbito, os latifúndios são favorecidos assim como as empresas multinacionais.

Convém insistir que há concepções sobre o desenvolvimento sustentável priorizando a diminuição das disparidades socioeconômicas e a inclusão da agricultura familiar, com apoio à agricultura orgânica ou sistemas agroecológicos e agroflorestais a partir de políticas para o meio rural. A modernização agrícola sem reforma agrária é claramente foco de forte crítica contra a Revolução Verde, em razão do agravamento da desigualdade social. Hoje, os assentamentos e projetos de

desenvolvimento sustentáveis permitem pensar na expansão de atividades de baixo impacto ambiental no âmbito da agricultura familiar.

Do ponto de vista mais crítico, as grandes produções patronais são inaptas para a prática da agricultura orgânica, pois sobretudo apresentam muitos limites para a diversificação dos agroecossistemas. As regras da agricultura orgânica se adequam mais facilmente à realidade de sistemas de organização familiar de produção agrícola, onde há mais coerência com estruturas de produção diversificadas e com um alto nível de complexidade biológica.

Outro ponto da crítica à Revolução Verde é de ordem econômica. Após a crise do petróleo de 1970, junto com a crise financeira, com redução do crédito rural e elevação dos custos com a Revolução, ampliou-se debates sobre a necessidade de matrizes energéticas alternativas, como o álcool no Brasil. Com essas linhas de questionamento, abriram-se portas para vertentes ambientalistas com novos modelos produtivos, como a produção orgânica, que associada à agricultura familiar, propicia um rompimento com as monoculturas, proporcionando a redução de custos e ampliação do emprego no campo. Assim, a agricultura familiar pode ser vista como núcleo de desenvolvimento sustentável no meio rural. Em teoria, tal redução de custos permitiria maior competitividade ao setor familiar, resultando em seu progresso econômico e social.

Vale lembrar que com o ciclo açucareiro do Brasil, a produção familiar foi rebaixada a condições de subsistência alheias ao avanço técnico fomentados pelas elites rurais, detentoras das terras. Essas famílias marginalizadas foram reféns das relações sociais desiguais em torno de trabalho e morada. Com a cultura do café, a produção familiar foi encarregada da produção de alimentos de forma marginal e precária.

Desta maneira, propaga-se a ideologia da subsistência, levando a uma desvalorização econômica da agricultura familiar em favor da monocultura em grande escala, deixando parecer que a produção das famílias rurais voltada para a alimentação humana se situa no segundo plano na lógica do comércio capitalista. A propósito, John Thompson concebe que ideologia são formas simbólicas favoráveis à preservação de relações de dominação, neste caso da grande agricultura industrial sobre a agricultura familiar. De fato, é muito impregnada a ideia segundo a qual a agricultura familiar se resume à subsistência, não conseguindo responder às demandas ao setor agrícola. A origem dessa ideologia se encontra nas heranças históricas de dependência do pequeno agricultor aos grandes fazendeiros nos engenhos de cana e também na época cafeeira para ter acesso à terra e trabalho.

Com estas bases históricas, há uma configuração de mercados muito desfavorável aos pequenos produtores. De toda forma, a agricultura orgânica e sustentável constitui uma oportunidade para a agricultura familiar. Para sua consolidação, convém assegurar benefícios das políticas governamentais, com o reconhecimento da cidadania dos trabalhadores rurais.

Em suma, o espaço rural contemporâneo apresenta atores com interesses variados, formando um complexo campo de forças. Nesse cenário de intensas disputas, existe uma grande dificuldade de obtenção de consenso acerca de políticas

de desenvolvimento sustentável. Quanto maior a amplitude dos interesses, menor é a tendência de cooperação. Desta forma, obtêm vantagem em relação aos outros grupos sociais aqueles que têm maior densidade de poder, capital econômico e simbólico, com maior expressão política. Seja como for, um desafio maior contemporâneo gira em torno de uma maior equidade social, particularmente na agricultura. O enfrentamento deste desafio tem como barreiras frágeis políticas para a agricultura familiar e a persistente profunda desigualdade social brasileira.